

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 29/12/2004

ANO II - Nº. 080

CARGA TRIBUTÁRIA

Um dos maiores críticos da elevada carga tributária é o atual governador do estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Quando presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária, da Câmara dos Deputados, Rigotto afinou um discurso duro contra a carga tributária e sua excessiva concentração na esfera federal. Eleito governador, de um estado importante, continua com o mesmo discurso, sobretudo quando se refere à concentração de recursos.

Germano Rigotto tem razão, as contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS, CSLL, CPMF), que são de exclusividade da união, vão fechar 2004 arrecadando mais que IPI e IR juntos, que são os dois tributos que compõem a base dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Vão arrecadar também mais do que o ICMS, a mais importante fonte de receita tributária dos estados. Nos últimos 10 anos, com ênfase no período do governo FHC, o sistema tributário privilegiou a união, com a participação ativa tanto de senadores como de deputados. Eles criticam, fazem duros discursos contra, mas aprovam, sempre em troca de algum benefício político e em nome dos "legítimos interesses do país".

Quem comanda o caixa sabe onde o calo aperta. O governador responsável contradiz o deputado crítico e também está dando sua contribuição à elevação da carga tributária. A Assembléia Legislativa gaúcha deverá aprovar, nesta última semana de dezembro, aumento da alíquota do ICMS da gasolina, de 25% para 30%. É o eterno conflito *weberiano* entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

INFRA-ESTRUTURA E PPP

O presidente Lula venceu as resistências políticas no Congresso Nacional e deve sancionar nos próximos dias a lei que cria as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Este novo instrumento é tido como a grande esperança para o país equacionar boa parte dos problemas de infra-estrutura.

As PPPs são uma maneira de permitir que a entrada do capital e da gestão privados em áreas normalmente de responsabilidade do Estado. Nas PPPs, o Estado e o setor privado se tornam parceiros em um empreendimento que pode ser uma obra ou uma prestação de serviço. Para atrair o capital privado cabe ao Estado estabelecer e garantir ao parceiro um lucro mínimo. Se o empreendimento render menos que o combinado, o governo se compromete a complementar até o valor acertado. O governo também pode servir de avalista de empréstimos contraídos por parceiros privados para a realização de obras. Os contratos terão prazo mínimo de cinco anos e máximo de 35, e o valor mínimo de cada projeto é estabelecido em R\$ 20 milhões. A participação de União, autarquias e fundações será limitada a R\$ 6 bilhões.

Alguns projetos devem merecer, da parte do governo, prioridade para as parcerias, como: 1) BR 101, no trecho RN/PB/PE/AL; 2) BR 116, em SP; 3) Zona de Apoio Logístico no Porto de Sepetiba, RJ; 4) Ampliação e recuperação do Porto de Itaqui, MA; 5) Anel ferroviário de São Paulo; 6) Adequação do Complexo Viário do Porto de Santos, SP; 7) Irrigação Salitre, Rio São Francisco. Esses projetos somam R\$ 3,882 bilhões, dos quais R\$ 1,912 teriam de vir do setor privado.

O Brasil vai acabar dando certo.

PROJEÇÕES 2005 II

Prosseguem as projeções para a economia brasileira em 2005. A FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior faz as seguintes estimativas:

- PIB – crescimento de 4%
- Câmbio - R\$/US\$ - 3,00
- Exportações – US\$ 106,2 bilhões
- Importações – US\$ 77,2 bilhões
- Saldo comercial – US\$ 29 bilhões

O saldo comercial da FUNCEX é bem menor que o saldo real de 2004, que deverá ficar em US\$ 33 bilhões, mas ainda assim é um saldo expressivo e de grande importância para fechar o balanço de pagamentos.

A AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil também tem suas estimativas em relação ao mercado externo. A AEB crê que 2005 fechará com US\$ 100,3 bilhões de exportação; 73,7 bilhões de importação; e saldo com comercial de US\$ 26,5 bilhões.

Nenhuma das duas entidades acredita que em 2005 se repita o mesmo salto das exportações verificado em 2004 (+ 31%). Em 2004, somaram-se alguns fatores: expansão do comércio mundial + câmbio favorável + valorização das commodities agrícolas e minerais, somados à pronta resposta das empresas brasileiras no atendimento da demanda externa. Para 2005 há dúvidas em relação ao câmbio (embora as projeções o coloquem em patamar próximo ao de 2004), além disso, parece certo que as commodities brasileiras terão seu preço reduzido, segundo especialistas do agronegócio.

Algumas novas projeções estão surgindo:

- CNI – crescimento industrial de 4,5% (menor do que os 6% de 2004, mas ainda expressivo).
- Analistas do sistema financeiro – IPCA de 2005, 5,7% (o IPCA meta do Banco Central para 2005 é 5,1%).
- Idem – aumento dos preços administrados (energia, telecomunicações etc...) de 7,2% em 2005.

Para não dizer que não se falou em comércio, a ALSHOP – Associação Brasileira dos Lojistas de Shoppings projeta um crescimento real de 5% nas vendas do primeiro semestre de 2005.

HORÁRIO DO COMÉRCIO

Um dos temas mais recorrentes do comércio brasileiro é o horário de funcionamento. Em todo o Brasil o tema é polêmico há mais de duas décadas. O comércio evolui tecnologicamente, os empregos e os empregados também, mas ambos esbarraram na restrição maior que é uma legislação anterior a 1950 (anterior aos shoppings), da qual se aproveitam sindicatos de visão curta.

Em março de 1985, o então presidente Figueiredo baixou um Decreto declarando o comércio livre de horários. O primeiro ato do presidente Sarney, por inspiração do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, foi um Decreto revogando o de Figueiredo. Argumento do Ministro do Trabalho: o domingo é um dia santificado, foi feito para ficar com a família e coisas do gênero, sem considerar as dezenas de profissões que trabalham ao domingo. Demagogia pura, de um ex-advogado de sindicatos dos trabalhadores.

Neste século 21, mesmo sob a mesma legislação básica, tem sido possível obter mais flexibilidade nas relações trabalhistas, viabilizando acordos específicos e bons para ambas as partes. A novidade neste Natal foi o acordo fechado por quatro shoppings: Morumbi e Anália Franco em São Paulo; NorteShopping e BarraShopping no Rio de Janeiro, que permaneceram abertos por 32 ininterruptas. Os sindicalistas que insistem em ser vanguardas do atraso deveriam perguntar aos vendedores o que eles ganharam com isso. Supermercados 24 horas já virou rotina na paisagem das grandes cidades. Só faltam os Shoppings 24 horas.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carlntda@terra.com.br